

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	5
1) – CONTEXTO OPERACIONAL.....	5
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	8
3) – DISPONIBILIDADES.....	11
4) – CONSUMIDORES E REVENDADORES.....	11
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	12
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”.....	12
7) – REVENDADORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE.....	14
8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA.....	15
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	16
11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO.....	17
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	18
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS.....	20
14) – INVESTIMENTOS.....	21
15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	26
16) – FORNECEDORES.....	28
17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	29
18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	30
19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	32
20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	32
21) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS.....	35
22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	40
23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	41
24) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES.....	42
25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	42
26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL.....	43
27) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	43
28) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	45
29) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	46
30) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	46
31) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO.....	48
32) – EVENTO SUBSEQÜENTE.....	48
33) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	49
34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA.....	50
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	51
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	58
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL.....	68

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2008 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 3)	2.458.775	2.066.219	62.922	21.953
Consumidores e Revendedores (nota 4)	2.062.425	2.025.124	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 6)	387.921	450.817	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	523.781	474.450	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	897.792	810.293	21.918	32.996
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	147.544	519.699	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	16.002	31.426	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	513.338	489.757	104.799	92.975
Dividendos a Receber	-	-	1.322.878	1.383.893
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	62.969	57.593	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	432.616	463.491	-	-
Estoques	36.926	42.415	17	-
Outros Créditos	378.562	290.726	9.628	9.831
TOTAL DO CIRCULANTE	7.918.651	7.722.010	1.522.162	1.541.648
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 12)	1.739.214	1.763.277	-	-
Fundo de Direitos Creditórios (nota 12)	-	-	783.237	772.891
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 6)	714.974	721.529	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	658.985	177.842	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	699.150	694.888	178.303	174.557
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	8.737	13.646	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	379.402	365.101	265.101	259.626
Depósitos Vinculados a Litígios	269.724	271.915	87.655	92.843
Consumidores e Revendedores (nota 4)	115.217	125.986	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	-	60.880	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	12.201	81.742	-	-
Outros Créditos	43.675	38.427	11.753	7.834
Total do Realizável a Longo Prazo	4.641.279	4.315.233	1.326.049	1.307.751
Permanente				
Investimentos (nota 14)	1.078.496	1.070.854	7.527.902	7.068.513
Imobilizado (nota 15)	10.499.891	10.563.200	2.107	1.986
Intangível (nota 15)	533.999	531.724	461	506
Diferido	61.129	63.482	-	-
Total do Permanente	12.173.515	12.229.260	7.530.470	7.071.005
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.814.794	16.544.493	8.856.519	8.378.756
ATIVO TOTAL	24.733.445	24.266.503	10.378.681	9.920.404

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2008 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 16)	760.300	935.905	9.113	11.781
Encargos Regulatórios (nota 19)	412.313	395.894	-	-
Participações nos Lucros	34.625	102.329	2.953	6.642
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	1.210.067	1.078.159	27.702	39.192
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	881.457	881.457	881.457	881.457
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	1.054.954	969.603	8.126	5.735
Debêntures (nota 18)	82.220	50.638	-	-
Salários e Contribuições Sociais	211.155	236.285	10.451	9.168
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	259.396	549.133	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	100.144	107.061	3.926	4.362
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 30)	169.964	166.448	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	1.925	76.949
Outras Obrigações	299.581	388.523	21.721	30.772
TOTAL DO CIRCULANTE	5.476.176	5.861.435	967.374	1.066.058
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores (nota 16)	341.128	340.792	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	476.374	196.140	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	4.923.685	4.961.138	73.587	73.587
Debêntures (nota 18)	1.671.129	1.657.655	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	326.260	319.140	86.660	85.179
Provisões para Contingências (nota 21)	712.274	634.786	318.999	254.197
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	1.370.256	1.363.833	51.574	51.176
Outras Obrigações	139.639	136.622	30	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.960.745	9.610.106	530.850	464.169
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	85.097	86.236	-	-
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	330.970	318.549	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 22)				
Capital Social	2.432.307	2.432.307	2.432.307	2.432.307
Reservas de Capital	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros	1.898.525	1.898.525	1.898.525	1.898.525
Lucros Acumulados	490.280	-	490.280	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.880.457	8.390.177	8.880.457	8.390.177
PASSIVO TOTAL	24.733.445	24.266.503	10.378.681	9.920.404

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007 Reclassificado	31/03/2008	31/03/2007
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 23)	3.575.243	3.034.879	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (nota 24)	481.592	475.991	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 25)	146.302	139.755	97	284
	4.203.137	3.650.625	97	284
Deduções à Receita Operacional (nota 26)	(1.448.478)	(1.348.839)	-	(10)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.754.659	2.301.786	97	274
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS (nota 27)				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(725.366)	(600.288)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(172.324)	(147.055)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(53.420)	(30.024)	-	-
	(951.110)	(777.367)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 27)				
Pessoal e Administradores	(245.204)	(217.966)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(53.499)	(28.293)	-	-
Materiais	(25.214)	(21.266)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(21.785)	-	-	-
Serviços de Terceiros	(117.655)	(100.918)	-	-
Depreciação e Amortização	(178.427)	(175.171)	-	-
Provisões Operacionais	(8.116)	(32.164)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(33.786)	(37.072)	-	-
Outras	(22.020)	(34.145)	-	-
	(705.706)	(646.995)	-	-
CUSTO TOTAL	(1.656.816)	(1.424.362)	-	-
LUCRO BRUTO	1.097.843	877.424	97	274
DESPESA OPERACIONAL (nota 27)				
Despesas com Vendas	(54.672)	(48.149)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(126.159)	(77.469)	(48.730)	(46.589)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(30.943)	(41.786)	-	16.728
	(211.774)	(167.404)	(48.730)	(29.861)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras	886.069	710.020	(48.633)	(29.587)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	539.864	423.532
Resultado Financeiro Líquido (nota 28)	(79.112)	(66.906)	(4.596)	4.065
				427.597
Lucro Operacional	806.957	643.114	486.635	398.010
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(6.102)	(6.196)	(1.514)	(2.316)
Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias	800.855	636.918	485.121	395.694
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 10)	(331.130)	(281.714)	(8.549)	(761)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 10)	55.033	77.228	14.479	11.699
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(22.058)	(21.046)	(771)	-
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	(12.420)	(4.754)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	490.280	406.632	490.280	406.632
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$			1.008,28	2,51

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding desde 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de março de 2008 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em setembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW.

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, ambas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW.

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A Cemig Geração e Transmissão tem a expectativa de transferência dos ativos do Consórcio Baguari para essa controlada. Essa usina tem a sua previsão de entrada em operação em 2009.

- Madeira Energia S.A. – (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012.

- Cemig Distribuição S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

- ❑ Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,25% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, com 855 MW de capacidade instalada;
- ❑ Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- ❑ Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- ❑ Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- ❑ Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- ❑ Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- ❑ Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- ❑ Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;
- ❑ Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- ❑ Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;
- ❑ Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 Kv conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 Kv;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 Kv;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto – participação de 18,63%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 Kv com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 Kv, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 Kv, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto – participação de 16,36%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 Kv, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto – participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 Kv, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de março de 2008:

- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 Kv;
- ❑ Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 Kv e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.
- ❑ Focus Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica. O início de operações está previsto para o exercício de 2008.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados em 31 de dezembro de 2007.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission (“SEC”).

Adicionalmente, a Companhia está apresentando, nas notas explicativas nº. 33 e 34, as demonstrações de fluxo de caixa e do resultado segregado por empresa, respectivamente.

Em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até o terceiro trimestre de 2007 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal.

Critério de consolidação das Informações Trimestrais

Foram consolidadas as informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações minoritárias no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As informações financeiras da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do trimestre.

As datas das informações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora, exceto a Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, que foi utilizada a informação de 29 de fevereiro de 2008.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Essas alterações tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS:

As principais alterações constantes da Lei, com vigência a partir de 2008, com possibilidade de impactar as Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas abaixo:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembleia geral ordinária – AGO.
- Criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A e os princípios fundamentais de contabilidade;
- Criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido; O subgrupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;

- Novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Esses instrumentos financeiros serão classificados em três categorias (destinadas à negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda) e a sua avaliação pelo custo mais rendimentos ou pelo valor de mercado será feita em função da sua classificação em uma dessas categorias;
- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;
- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado.
- Eliminação da possibilidade de serem efetuadas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

Conforme Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia e de suas controladas efetuaram avaliação dos possíveis impactos da nova Lei e destaca que as alterações nas Demonstrações Financeiras decorrentes da aplicação dos dispositivos da Lei 11.638 mencionados nos parágrafos anteriores seriam basicamente o ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos de longo prazo. Parte dos valores apurados, no montante estimado de R\$112.406, não afetariam o Patrimônio Líquido e o resultado do período em decorrência da contrapartida no Ativo Permanente.

Os impactos estimados no Patrimônio Líquido e no Resultado do período, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, caso as alterações previstas na Lei tivessem ocorrido no 1º trimestre de 2008, seriam de R\$2.921.

Reclassificação de Saldos Contábeis

As seguintes alterações para fins de comparabilidade foram efetuadas nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 2007:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>
Custos Operacionais – Custo de Operação		Receita Operacional	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	34.360	Receita de Uso da Rede	(34.360)
Pessoal e Administradores	21.046	Resultado	
	<u>55.406</u>	Participação dos Empregados	(21.046)
			<u>(55.406)</u>

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Contas Bancárias	63.024	443.490	6.132	5.739
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.243.861	1.351.880	56.790	16.214
Letras Financeiras do Tesouro	44.411	97.101	-	-
Letras do Tesouro Nacional	76.646	105.869	-	-
Outros	30.833	67.879	-	-
	<u>2.395.751</u>	<u>1.622.729</u>	<u>56.790</u>	<u>16.214</u>
	<u>2.458.775</u>	<u>2.066.219</u>	<u>62.922</u>	<u>21.953</u>

As aplicações financeiras correspondem a transações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Fornecimento Faturado	1.867.943	2.101.670	63.028	64.326
Fornecimento não Faturado	581.720	296.497	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	106.495	90.154	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(493.733)	(463.197)	(63.028)	(64.326)
	<u>2.062.425</u>	<u>2.025.124</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R\$40.480 em 31 de março de 2008 (R\$44.469 em 31 de dezembro de 2007), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, a serem quitados até setembro de 2012 e março de 2010, respectivamente.

Encontra-se registrado o valor de R\$90.834 referente créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de conclusão dessa ação judicial ainda no exercício de 2008 e que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Ativos				
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A” – Nota nº 6	1.102.895	1.172.346	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 7	24.739	45.072	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11	444.817	545.233	-	-
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 13	62.969	118.473	-	-
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 8	806.529	697.541	-	-
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	15.414	13.313	-	-
Recuperação dos Descontos na TUSD	30.064	-	-	-
Subvenção Baixa Renda	148.624	116.361	-	-
Programa Luz para Todos	50.435	-	-	-
Outros Ativos Regulatórios	13.469	3.327	-	-
	<u>2.699.955</u>	<u>2.711.666</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 16	(327.689)	(342.370)	-	-
Compra de Energia durante o Racionamento – Nota nº 16	(47.391)	(51.600)	-	-
Revisão da Receita de Transmissão	(19.831)	(23.448)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 8	(735.770)	(745.273)	-	-
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(15.955)	(15.955)	-	-
Outros Passivos Regulatórios	(9.099)	-	-	-
	<u>(1.155.735)</u>	<u>(1.178.646)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 17	(475.135)	(523.222)	(86.660)	(85.179)
	<u>(1.630.870)</u>	<u>(1.701.868)</u>	<u>(86.660)</u>	<u>(85.179)</u>
Total	<u>1.069.085</u>	<u>1.009.798</u>	<u>(86.660)</u>	<u>(85.179)</u>

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- ☐ Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.
- ☐ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”).

O prazo de vigência da RTE da Controlada Cemig Distribuição, de 74 meses, expirou em fevereiro de 2008, sendo que a Companhia apurou perdas de R\$459.342 (R\$452.633 em 31 de dezembro de 2007) em função desse prazo não ter sido suficiente para recebimento do total dos ativos referentes a perdas com o racionamento.

A Companhia também cessou a transferência de valores referentes a energia livre para os geradores em função do término do prazo.

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em março de 2008, imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela “A”

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela “A”, registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
CEMIG – Controladora		
Perdas com o Racionamento	254.884	250.527
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(254.884)	(250.527)
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	93.935	127.806
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(93.935)	(92.329)
Repasse a ser efetuado aos geradores	323.122	333.866
Parcela A	699.097	707.422
	1.022.219	1.076.765

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
RME – Light		
Perdas com o Racionamento	72.862	79.876
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(110.523)	(109.777)
Repasse a ser efetuado aos geradores	37.661	40.640
Parcela A	80.676	84.842
	<u>80.676</u>	<u>95.581</u>
Total da RTE e da Parcela “A”	<u>1.102.895</u>	<u>1.172.346</u>
Ativo Circulante	387.921	450.817
Ativo Não Circulante	<u>714.974</u>	<u>721.529</u>

O valor da RTE que deveria ter sido repassado aos geradores referente à energia livre e que não foi transferido em função do término do prazo de cobrança da RTE está registrado no Passivo Não Circulante, na conta de Fornecedores, no montante de R\$327.689 (R\$27.381 no Passivo Circulante e R\$314.989 no Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2007).

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	425.910	436.084
Provisão para perdas na realização	(401.171)	(391.012)
	<u>24.739</u>	<u>45.072</u>
Circulante	16.002	31.426
Não Circulante	8.737	13.646

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig Geração e Transmissão nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh. que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig Geração e Transmissão, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A subsidiária Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE e repassar os valores devidos à Companhia.

Foi elaborado estudo considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$401.171 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de março de 2008 (R\$391.012 em 31 de dezembro de 2007), registrada como redutora do ativo respectivo.

8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
Cemig Distribuição	72.409	(35.092)
RME - Light	(1.650)	(12.640)
	70.759	(47.732)
Ativo Circulante	147.544	519.699
Ativo Não Circulante	658.985	177.842
Passivo Circulante	(259.396)	(549.133)
Passivo Não Circulante	(476.374)	(196.140)
Valores Líquidos	70.759	(47.732)

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Circulante				
ICMS a Recuperar	188.786	193.055	3.561	3.561
Imposto de Renda	446.897	314.245	-	-
Contribuição Social	153.274	104.564	-	-
PASEP	22.281	35.782	2.597	4.571
COFINS	73.801	135.960	12.090	21.184
Outros	12.753	26.687	3.670	3.680
	897.792	810.293	21.918	32.996
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	93.659	84.774	426	367
Imposto de Renda	232.532	233.275	232.532	233.275
Contribuição Social	32.143	25.984	32.143	25.984
PASEP/COFINS	21.068	21.068	-	-
	379.402	365.101	265.101	259.626
	1.277.194	1.175.394	287.019	292.622

Os valores registrados de PASEP/COFINS na Controladora referem-se à constituição de ativos a recuperar correspondentes a diferença de tributação destas contribuições pelo regime não cumulativo (9,25%) e cumulativo (3,65%) aplicados sobre as receitas de transmissão do período de fevereiro a dezembro de 2004, oriundas de contratos firmados em datas anteriores a 31 de outubro de 2003 (preço pré-determinado).

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de pagamentos efetuados em 2008 que serão compensados com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar no exercício, registrados na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos em 2008.

10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	279.862	283.859	82.595	81.712
Provisão para Contingências	208.829	190.426	90.644	76.326
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição				
Tarifária Extraordinária e Energia Livre	269.854	249.515	86.660	85.179
Obrigações Pós-Emprego	56.460	54.132	1.290	1.101
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	194.851	185.015	21.429	21.871
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	15.102	19.315	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(29.616)	(29.616)	-	-
Instrumentos Financeiros	96.735	79.625	-	-
Variação Cambial	69.362	66.924	-	-
Outros	51.049	85.450	484	1.343
	1.212.488	1.184.645	283.102	267.532
Ativo Circulante	513.338	489.757	104.799	92.975
Ativo Não Circulante	699.150	694.888	178.303	174.557

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2008, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 06 de março de 2008.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2008, conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2008	473.294	93.861
2009	205.880	43.752
2010	121.235	38.873
2011	127.160	36.377
2012	109.710	35.458
2013 a 2015	121.683	34.523
2016 e 2017	83.142	258
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - RME-Light	(29.616)	-
	<u>1.212.488</u>	<u>283.102</u>

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de março de 2008, créditos tributários não reconhecidos em suas informações trimestrais, no montante de R\$449.057 (R\$444.269 em 31 de dezembro de 2007).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$437.509.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2007 Reclassificado</u>	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2007</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	800.855	636.918	485.121	395.694
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(272.291)	(216.552)	(164.941)	(134.536)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Reversão referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária				
Complementar	(8.549)	(762)	(8.549)	(762)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	183.554	141.941
Participação dos Empregados no Resultado	7.500	7.156	262	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.065)	(890)	(51)	(68)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(3.329)	6.900	(3.329)	6.949
Amortização de Ágio	(1.387)	-	(1.387)	-
Outros	3.024	(338)	371	(2.586)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(276.097)	(204.486)	5.930	10.938

11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da controlada Cemig Distribuição S.A.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na Resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% está sendo compensada nas tarifas.

A última parcela para recebimento da diferença entre os reajustes tarifários foi concedida em 8 de abril de 2008 e incluída no reajuste tarifário ocorrido em 8 de abril de 2008.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	447.881	434.188
Atualização Monetária – IGP-M	201.967	189.763
(-) Valores Arrecadados	<u>(1.154.643)</u>	<u>(1.028.330)</u>
	<u>444.817</u>	<u>545.233</u>
Ativo Circulante	432.616	463.491
Ativo Não Circulante	<u>12.201</u>	<u>81.742</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de março de 2008 é de R\$192.383.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de março de 2008 a R\$3.737.341.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$84.832, a valores de 31 de março de 2008.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de março de 2008, já haviam sido amortizadas, de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2008.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente conforme destacamos as principais a seguir:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC no 1º trimestre de 2008 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.763.277
Atualização monetária das quotas seniores	27.843
Atualização monetária das quotas subordinadas	11.245
Amortização das quotas seniores	(62.252)
Amortização das quotas subordinadas	(899)
Saldo em 31 de março de 2008	<u>1.739.214</u>
Composição do FIDC em 31 de março de 2008	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	955.977
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	782.509
Dividendos retidos pelo Fundo	728
	<u>783.237</u>
TOTAL	<u>1.739.214</u>

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2007. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$193.350 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, R\$125.677 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R\$67.673 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
Cemig Distribuição	61.224	116.127
Cemig Geração e Transmissão	688	826
RME – Light	1.057	1.520
	<u>62.969</u>	<u>118.473</u>
Ativo Circulante	62.969	57.593
Realizável a Longo Prazo	-	60.880

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.193.991	2.988.263
Cemig Distribuição	-	-	2.711.201	2.440.542
Rio Minas Energia Participações	-	-	280.255	265.557
Infovias	-	-	259.609	329.705
GASMIG	-	-	201.973	192.098
Rosal Energia	-	-	93.594	90.292
Sá Carvalho	-	-	100.574	94.078
Horizontes Energia	-	-	68.598	66.349
Usina Térmica Ipatinga	-	-	67.757	65.848
Cemig PCH	-	-	53.493	51.690
Cemig Capim Branco Energia	-	-	60.470	51.706
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.424	13.943
UTE Barreiro	-	-	5.436	6.690
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	7.982	7.776
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	498	477
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.904	5.767
Transchile	-	-	16.206	11.675
Efficientia	-	-	5.483	4.198
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	18	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.703	6.703
Cemig Trading	-	-	131	154
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	15.021	14.362
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	25.606	28.508
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	5.020	6.266
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	52.564	46.445
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	3.890	4.489
Focus Soluções Tecnológicas	-	-	1.548	235
	-	-	<u>7.257.949</u>	<u>6.794.150</u>
Em Consórcios	1.058.476	1.050.496	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	2.797	3.077
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	37.298	38.680
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	26.016	26.297
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	38.593	38.984
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	8.838	8.927
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	146.161	147.739
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	7.075	7.153
Em Outros Investimentos	20.020	20.358	3.175	3.506
	<u>1.078.496</u>	<u>1.070.854</u>	<u>269.953</u>	<u>274.363</u>
	<u>1.078.496</u>	<u>1.070.854</u>	<u>7.527.902</u>	<u>7.068.513</u>

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2008			Janeiro a março de 2008	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.193.991	-	205.728
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.711.202	-	270.659
Infovias	331.066.000	100,00	255.082	259.609	259	4.619
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	93.594	-	3.333
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	100.574	-	6.549
GASMIG	196.155.000	55,19	154.657	365.941	5.977	20.240
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	68.598	-	2.272
Usina Térmica Ipinga	64.174.281	100,00	64.174	67.757	-	1.930
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	53.493	-	1.806
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	60.470	-	8.380
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	57.696	-	1.919
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	5.436	-	(519)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	33.257	-	807
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	498	-	25
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	24.101	-	501
Transchile	22.000	49,00	33.074	33.074	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	5.483	-	1.259
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	18	-	11
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.121.019	-	58.795
Cemig Trading	160.000	100,00	160	131	-	(18)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	18,63	69.063	80.632	4.542	5.244
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	120.128	139.532	29.047	9.846
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	27.351	6.949	2.466
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	16,36	273.469	321.349	18.794	21.651
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	51.875	13.020	5.050
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	2.200	3.159	-	-

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2007			Janeiro a dezembro de 2007	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.988.263	709.673	747.024
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.440.542	680.648	771.208
Infovias	331.066.000	100,00	300.083	329.705	26.801	56.422
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	90.292	18.008	18.956
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	94.078	22.842	24.044
GASMIG	196.155.000	55,19	154.657	348.051	13.044	83.593
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.349	4.748	8.184
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.848	6.840	7.200
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	51.690	15.296	14.742
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	51.706	38.163	39.166
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	55.776	2.363	7.572
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	6.690	-	(2.742)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	32.400	179	3.148
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	477	-	12
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	23.540	-	1.200
Transchile	22.000	49,00	23.827	23.827	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	4.198	205	1.195
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	334	-	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.062.224	94.228	591.113
Cemig Trading	160.000	100,00	160	154	51	(8)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	18,19	63.475	78.183	5.840	20.613
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	109.907	155.355	7.868	40.768
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	34.146	1.542	9.749
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	15,79	250.009	289.561	25.227	90.469
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	59.844	2.213	18.274
Focus Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	200	1.150	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2007	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	31.03.2008
Cemig Geração e Transmissão	2.988.263	205.728	-	-	-	3.193.991
Cemig Distribuição	2.440.542	270.659	-	-	-	2.711.201
Infovias	329.705	4.619	(75.002)	(259)	546	259.609
Rosal Energia	90.292	3.333	-	597	(628)	93.594
Sá Carvalho	94.078	6.549	-	984	(1.037)	100.574
GASMIG	192.098	11.171	-	(3.297)	2.001	201.973
Horizontes Energia	66.349	2.273	-	401	(425)	68.598
Usina Térmica Ipatinga	65.848	1.930	-	397	(418)	67.757
Cemig PCH	51.690	1.806	-	285	(288)	53.493
Cemig Capim Branco Energia	51.706	8.380	-	-	384	60.470
Companhia Transleste de Transmissão	13.943	478	-	-	3	14.424
UTE Barreiro	6.690	(518)	-	-	(736)	5.436
Companhia Transudeste de Transmissão	7.776	194	-	(3)	15	7.982
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	477	25	-	-	(4)	498
Companhia Transirapé de Transmissão	5.767	124	-	-	13	5.904
Transchile	11.675	-	4.531	-	-	16.206
Efficientia	4.198	1.259	-	-	26	5.483
Central Termelétrica de Cogeração	334	12	-	(405)	77	18
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.703	-	-	-	-	6.703
Rio Minas Energia	265.557	14.700	-	-	(2)	280.255
Cemig Trading	154	(18)	-	-	(5)	131
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	14.362	979	134	(856)	402	15.021
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	28.508	1.809	-	(5.330)	619	25.606
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	6.266	453	-	(1.700)	1	5.020
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	46.445	3.541	698	373	1.507	52.564
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	4.489	378	-	(977)	-	3.890
Axxiom Soluções Tecnológicas	235	-	989	-	324	1.548
	6.794.150	539.864	(68.650)	(9.790)	2.375	7.257.949

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R\$85.097) está apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

Em 16 de maio de 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") converteu 90% das suas debêntures em ações da Light S.A. correspondente a 31,40% do capital social. Com isto, a participação da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") na Light S.A. foi reduzida de 79,39% para 54,20% e por consequência a participação da CEMIG de 19,85% para 13,55%. Posteriormente, em 19 de outubro de 2007, o BNDES exerceu o direito conferido por 72.727 bônus de subscrição, o que reduziu a participação da RME para 52,25% e a participação da Cemig para 13,06%.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado - Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV - Infovias

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A., controlada indireta da CEMIG (investimento de 65,25% da Infovias) foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$103 milhões (parte da Infovias), ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital e condicionado a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Em 23 de outubro de 2007, a Anatel aprovou a operação, pendente de publicação no Diário Oficial da União, reconsiderando a decisão de 19 de março de 2007, quando havia negado a anuência de transferência do controle societário.

O lucro da Infovias em função dessa alienação, no montante de R\$54.079 mil, foi reconhecido no 4º trimestre de 2007, quando da publicação da aprovação da operação no Diário Oficial da União.

Contrato de mútuo

Em 14 de novembro de 2007, a Infovias e a CEMIG celebraram um contrato de mútuo no valor de R\$89.957 mil e com encargos financeiros correspondentes a 101,5% da variação do CDI. Este mútuo foi liquidado pela CEMIG em janeiro de 2008 por meio de redução de capital na Infovias.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 31/03/2008	Consolidado 31/12/2007
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,77	181.403	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	512.946	512.946
Usinas Capim Branco I e II	21,05	2,51	50.147	49.742
Depreciação acumulada			(92.439)	(85.268)
Total em operação			939.835	937.054
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		71	9.531
Usina de Aimorés	49,00		24.506	23.369
Usina de Baguari	34,00		80.939	67.417
Total em construção			118.641	113.442
Total Consórcios			1.058.476	1.050.496

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Consolidado			
	Custo Histórico	31/03/2008	Valor Líquido	31/12/2007
		Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Em Serviço	21.062.840	(8.984.341)	12.078.499	12.116.771
- Distribuição	10.962.102	(4.806.108)	6.155.994	6.146.682
Intangíveis	94.490	(55.949)	38.541	40.393
Terrenos	30.500	-	30.500	32.646
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	305.922	(153.264)	152.658	154.864
Máquinas e Equipamentos	10.444.455	(4.548.055)	5.896.400	5.877.826
Veículos	65.502	(32.300)	33.202	35.822
Móveis e Utensílios	21.233	(16.540)	4.693	5.131
- Geração	7.304.151	(2.994.373)	4.309.778	4.350.823
Intangíveis	87.364	(46.016)	41.348	42.373
Terrenos	202.332	-	202.332	202.333
Reservatórios, Barragens e Aduoras	3.890.910	(1.389.800)	2.501.110	2.521.317
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	909.558	(351.520)	558.038	563.492
Máquinas e Equipamentos	2.207.289	(1.201.211)	1.006.078	1.020.480
Veículos	3.213	(2.864)	349	402
Móveis e Utensílios	3.485	(2.962)	523	426
- Transmissão	1.836.812	(664.506)	1.172.306	1.180.985
Intangíveis	237.521	(2.459)	235.062	237.609
Terrenos	2.226	-	2.226	2.226
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	105.028	(54.633)	50.395	49.999
Máquinas e Equipamentos	1.490.986	(606.738)	884.248	890.779
Veículos	302	(156)	146	167
Móveis e Utensílios	749	(520)	229	205

	Consolidado			
	Custo Histórico	31/03/2008 Depreciação Acumulada	Valor Líquido	31/12/2007 Valor Líquido
- Administração	534.385	(353.573)	180.812	191.507
Intangíveis	146.096	(97.082)	49.014	53.008
Terrenos	2.947	-	2.947	3.662
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	73.036	(38.797)	34.239	37.266
Máquinas e Equipamentos	221.520	(149.214)	72.306	74.061
Veículos	44.190	(32.509)	11.681	12.680
Móveis e Utensílios	46.596	(35.971)	10.625	10.830
- Telecomunicações	327.369	(141.235)	186.134	186.360
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	(7)	48	48
Máquinas e Equipamentos	326.840	(140.958)	185.882	186.098
Móveis e Utensílios	404	(270)	134	144
- Gás	98.021	(24.546)	73.475	60.414
Intangíveis	1.243	-	1.243	780
Terrenos	42	-	42	42
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.198	(509)	1.689	1.719
Máquinas e Equipamentos	94.139	(23.886)	70.253	57.655
Veículos	40	(1)	39	-
Móveis e Utensílios	359	(150)	209	218
Em Curso	1.457.210	-	1.457.210	1.496.755
- Distribuição				
Intangíveis	42.008	-	42.008	39.019
Imobilizado	741.085	-	741.085	812.814
- Geração				
Intangíveis	26.449	-	26.449	26.969
Imobilizado	270.612	-	270.612	257.703
- Transmissão				
Intangíveis	344	-	344	364
Imobilizado	113.018	-	113.018	106.785
- Administração				
Intangíveis	99.990	-	99.990	91.208
Imobilizado	126.844	-	126.844	126.185
- Telecomunicações	6.345	-	6.345	6.810
- Gás	30.515	-	30.515	28.898
Total do Imobilizado e Intangível	22.520.050	(8.984.341)	13.535.709	13.613.526
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.501.819)	-	(2.501.819)	(2.518.602)
Imobilizado e Intangível Líquido	20.018.231	(8.984.341)	11.033.890	11.094.924

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Conforme Resolução ANEEL nº. 234, de 31 de outubro de 2006, e Ofício Circular ANEEL nº1.314/2007, de 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passará a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, no caso da Cemig Distribuição, a partir de 8 de abril de 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R\$248.394, em 31 de março de 2008 (R\$307.389, em 31 de dezembro de 2007), referente ao Programa “Luz para Todos”.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado - Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$10.051 em 31 de março de 2008.

16) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	146.195	230.620	-	-
Furnas	40.485	78.231	-	-
CCEE	121.640	81.756	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	33.952	25.797	-	-
Repasse aos Geradores	-	27.381	-	-
Outros	191.162	142.796	-	-
	533.434	586.581	-	-
Materiais e Serviços	226.866	349.324	9.113	11.781
	760.300	935.905	9.113	11.781
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	327.689	314.989	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	13.439	25.803	-	-
	341.128	340.792	-	-

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Circulante				
Imposto de Renda	263.068	121.991	-	-
Contribuição Social	91.486	47.974	-	-
ICMS	301.779	269.076	17.806	17.813
COFINS	95.803	92.880	6.344	15.436
PASEP	17.317	22.122	1.377	3.351
INSS	17.126	21.637	1.317	1.358
Outros	35.014	32.711	858	1.234
	821.593	608.391	27.702	39.192
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	253.669	303.540	-	-
Contribuição Social	91.321	109.420	-	-
COFINS	35.728	46.674	-	-
PASEP	7.756	10.134	-	-
	388.474	469.768	-	-
	1.210.067	1.078.159	27.702	39.192
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	246.895	240.655	63.720	62.632
Contribuição Social	67.388	65.747	22.940	22.547
COFINS	3.473	3.834	-	-
Outros	8.504	8.904	-	-
	326.260	319.140	86.660	85.179

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas principalmente aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações registradas no ativo, na rubrica de Tributos Compensáveis.

18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2008			31/12/2007
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	1.399	87.455	88.854	88.639
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	13.561	12.681	26.242	26.105
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	14.467	79.091	93.558	92.621
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	723	68.061	68.784	61.483
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.149	9.224	12.373	13.389
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	22.157	30.468	52.625	52.243
KFW	2016	4,50	EURO	1.944	14.566	16.510	15.485
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	247	8.152	8.399	8.371
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	74	3.566	3.640	3.636
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	255	15.011	15.266	15.268
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	6.110	-	6.110	5.615
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	5.344	30.473	35.817	35.518
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	6,34	US\$	31.458	-	31.458	21.896
Outros	2025	Diversas	Diversas	8.345	7.489	15.834	16.273
Dívida em Moeda Estrangeira				109.233	366.237	475.470	456.542
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	166	75.000	75.166	75.133
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	5.161	118.822	123.983	120.531
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	7.612	109.277	116.889	113.488
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	13.941	126.000	139.941	136.161
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	56.580	1.200.000	1.256.580	1.223.732
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	188.620	-	188.620	179.846
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	42.113	-	42.113	40.850
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	22.462	304.338	326.800	318.371
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	63.169	0	63.169	61.275
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	1.635	54.372	56.007	57.081
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	2.049	101.316	103.365	106.553
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	47.155	-	47.155	44.961
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	-	-	-	25.820
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	30.293	379.073	409.366	397.704
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	16.632	349.556	366.188	355.958
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	10.598	238.816	249.414	242.900
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12)	2030	IGP-M	R\$	0	150.154	150.154	145.705
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	24.235	284.978	309.213	294.669
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	8.774	408.019	416.793	401.939
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	16.051	56.898	72.949	78.884
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	45.728	283.448	329.176	337.622
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.680	79.673	81.353	80.797
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	6.076	104.095	110.171	106.609
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	20.144	309.285	329.429	319.787
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	8.126	73.587	81.713	79.322
Caixa Econômica Federal	2008	101,50 do CDI	R\$	205.669	-	205.669	200.425
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	115.874	840.103	955.977	990.386
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	656	10.155	10.811	11.014
BNDES – FINEM (10)	2014	TLJP + 4,30	R\$	232	60.678	60.910	60.874
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.014	5.231	9.245	11.452
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	17.968	234.375	252.343	255.670
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	5.996	112.500	118.496	115.162
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	19.273	119.674	138.947	141.521
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	19.259	39.154	58.413	50.290
Dívida em Moeda Nacional				1.027.941	6.228.577	7.256.518	7.182.492
Total Geral Consolidado				1.137.174	6.594.814	7.731.988	7.639.034

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (13) Financiamento da Transchile.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	102.002	71.321	46.430	33.761	30.762	27.737	3.027	209	58.194	373.443
Euro	3.556	4.895	4.896	4.896	3.358	1.821	1.821	1.821	1.819	28.883
Yen	723	68.061	-	-	-	-	-	-	-	68.784
UMBNDDES (**)	467	656	440	329	329	329	329	329	1.152	4.360
	106.748	144.933	51.766	38.986	34.449	29.887	5.177	2.359	61.165	475.470
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	8.774	-	-	-	-	-	-	136.006	272.013	416.793
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	30.489	47.629	37.753	37.537	34.059	29.099	28.807	28.807	57.710	331.890
Certificado Depósito Interbancário – CDI	597.203	701.543	607.641	719.405	926.749	1.067.391	602.437	207.110	37.500	5.466.979
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.037	13.158	12.193	12.193	12.193	11.175	-	-	-	72.949
URTJ (*)	26.092	30.523	31.986	30.007	30.007	30.007	27.209	10.393	13.940	230.164
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	261.255	1.398	1.399	1.399	1.399	1.399	286.357	894	157.862	713.362
UMBNDDES (**)	2.358	2.619	2.689	2.689	2.689	2.689	2.689	896	-	19.318
Outros (IGPDI, INPC e TR) (***)	2.857	273	182	182	318	318	684	249	-	5.063
	941.065	797.143	693.843	803.412	1.007.414	1.142.078	948.183	384.355	539.025	7.256.518
	1.047.813	942.076	745.609	842.398	1.041.863	1.171.965	953.360	386.714	600.190	7.731.988

(*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros

(**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.

(***) IGPDI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

TR – Taxa Referencial

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 31/03/2008 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 31/03/2008 %
Dólar Norte-Americano	(1,25)	IGP-M	2,38
Euro	5,83	FINEL	0,48
Yen	10,78	CDI	2,58
		SELIC	2,64
		UMBNDDES	(0,64)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado 31/03/2008	Controladora 31/03/2008
Saldo em 31.12.2007	7.639.034	79.322
Empréstimos e Financiamentos obtidos	21.213	-
Variação monetária e cambial	54.737	-
Encargos financeiros provisionados	171.334	2.391
Encargos financeiros pagos	(39.373)	-
Amortização de financiamentos	(114.957)	-
Saldo em 31.03.2008	7.731.988	81.713

19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
Reserva Global de Reversão – RGR	30.704	25.529
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	33.918	33.572
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	36.733	38.099
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.471	3.199
Eficiência Energética	147.647	138.630
Pesquisa e Desenvolvimento	123.291	114.573
Pesquisa Expansão Sistema Energético	17.661	17.928
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	35.236	36.100
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.633	1.851
	431.501	410.688
Passivo Circulante	412.313	395.894
Passivo Não Circulante	19.188	14.794

20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.130.864, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Destes, sete são ativos e 44 são aposentados/pensionistas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.050.970 em 31 de março de 2008 (R\$1.062.998 em 31 de dezembro de 2007) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, o reajuste se dá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido no exercício de 2007, R\$89.462 serão utilizados no 2º trimestre de 2008 para amortização da dívida reconhecida.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira e utilização de superávit para amortização da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionados nos parágrafos anteriores, não produziram efeitos contábeis no resultado da Cemig Distribuição. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$910.668 em 31 de março de 2008.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	494.405	250.262	311.239	13.692	401.296
Despesa Reconhecida no Resultado	26.089	9.699	14.709	656	10.515
Contribuições Pagas	(45.982)	(5.010)	(9.030)	(182)	(1.958)
Passivo Líquido em 31 de março de 2008	474.512	254.951	316.918	14.166	409.853
Passivo Circulante	79.801	20.343			
Passivo Não Circulante	394.711	234.608	316.918	14.166	409.853

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	23.099	15.303	671	16.465
Despesa Reconhecida no Resultado	1.488	741	34	533
Contribuições Pagas	(2.262)	(451)	(10)	(111)
Passivo Líquido em 31 de março de 2008	22.325	15.593	695	16.887
Passivo Circulante	3.926			
Passivo Não Circulante	18.399	15.593	695	16.887

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2008 para amortização das obrigações atuariais.

21) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R\$159.402, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 31/03/2008
	Saldo Líquido em 2007 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	118.179	(627)	(759)	116.793	(15.371)	101.422
Cíveis						
Danos Pessoais	8.183	16.393	-	24.576	-	24.576
Majoração Tarifária	95.095	10.071	-	105.166	(11.686)	93.480
Outras	113.442	25.709	(1.400)	137.751	(8.954)	128.797
Fiscais						
FINSOCIAL	20.893	77	-	20.970	(1.615)	19.355
PIS/COFINS	160.267	2.124	-	162.391	-	162.391
ICMS	19.943	1.962	-	21.905	-	21.905
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	46.842	21.712	-	68.554	-	68.554
Contribuição Social	6.521	54	-	6.575	-	6.575
INSS	33.857	570	-	34.427	-	34.427
Outras	14.498	190	-	14.688	(7.486)	7.202
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	49.020	642	-	49.662	(6.072)	43.590
Total	686.740	78.877	(2.159)	763.458	(51.184)	712.274

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

	Controladora					Saldo Líquido em 31/03/2008
	Saldo Líquido em 2007 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	72.795	(2.865)	-	69.930	(9.542)	60.388
Cíveis						
Danos Pessoais	6.766	11.493	-	18.259	-	18.259
Majoração Tarifária	69.845	9.413	-	79.258	(11.686)	67.572
Outras	51.310	24.951	-	76.261	(3.154)	73.107
Fiscais						
FINSOCIAL	20.893	77	-	20.970	(1.615)	19.355
ICMS	2.191	561	-	2.752	-	2.752
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	46.842	21.712	-	68.554	-	68.554
INSS	967	17	-	984	-	984
Outras	7.933	111	-	8.044	(5.057)	2.987
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	12.681	(1.568)	-	11.113	(6.072)	5.041
Total	292.223	63.902	-	356.125	(37.126)	318.999

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$105.166, integralmente provisionado.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

Os valores provisionados até 31 de março de 2008 na Companhia são como segue:

- R\$106.615 em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar na qual o STF decidiu favoravelmente aos contribuintes; e
- R\$51.429 referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, tendo por base a decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão, no que se refere à porção relativa à expansão da base de cálculo do PIS e COFINS.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$19.152.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$68.554 (R\$46.842 em 31 de dezembro de 2007) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$34.427 (R\$33.857 em 31 de dezembro de 2007).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$38.549.

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$6.324.

(h) Outros

Refere-se basicamente a diversas reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de março de 2008 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$310.983, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de março de 2008, de R\$274.577. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de março de 2008 é R\$142.203. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$670.546, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R\$84.979. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda nessa ação como possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideraram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$103.098. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$106.276, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$26.306. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$448.929. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Saldo em 31 de dezembro de 2007	8.390.177
Lucro Líquido do Trimestre	490.280
Saldo em 31 de março de 2008	<u>8.880.457</u>

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R\$	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
(*)	(*)					
Residencial	8.815.400	8.626.596	2.236.580	2.208.695	1.149.276	1.074.350
Industrial	86.349	84.538	6.101.503	5.690.629	891.848	734.683
Comércio, Serviços e Outros	832.761	827.087	1.477.530	1.394.191	667.921	605.808
Rural	569.093	527.738	456.423	388.443	137.545	113.858
Poder Público	61.495	64.724	236.587	227.787	95.904	86.141
Iluminação Pública	2.790	2.825	301.901	309.756	81.887	77.683
Serviço Público	9.211	9.115	330.386	317.638	91.881	80.611
Sub-Total	10.377.099	10.142.623	11.140.910	10.537.139	3.116.262	2.773.134
Consumo Próprio	1.151	1.138	13.106	13.538		-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	41.142	19.865
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	99.190	(4.595)
	10.378.250	10.143.761	11.154.016	10.550.677	3.256.594	2.788.404
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	82	50	2.722.220	3.697.304	294.355	218.251
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	24.294	28.224
Total	10.378.332	10.143.811	13.876.236	14.247.981	3.575.243	3.034.879

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.

A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, os valores registrados em 2007 e em 2008 foram apurados de forma estimada, estando pendente de recebimento o período de fevereiro de 2007 a março de 2008.

A ANEEL incluiu na revisão tarifária de abril de 2008 os valores a serem reembolsados a Companhia pela subvenção aos consumidores de baixa renda.

24) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2007</u>
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição - TUSD	309.353	315.829
Receita de Uso da Rede Básica	155.616	136.367
Receita de Sistema de Conexão	16.623	23.795
	<u>481.592</u>	<u>475.991</u>

Conforme consta de alguns contratos de concessão de transmissão estabelecidos com a ANEEL, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2007</u>	<u>31/03/2008</u>	<u>31/03/2007</u>
Fornecimento de Gás	92.039	64.350	-	-
Serviço Taxado	3.093	2.674	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	22.957	34.106	-	-
Prestações de Serviços	14.874	8.774	-	198
Aluguel e Arrendamento	10.994	11.160	97	86
Outras	2.345	18.691	-	16.728
	<u>146.302</u>	<u>139.755</u>	<u>97</u>	<u>17.012</u>

26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Tributos sobre a Receita				
ICMS	785.265	716.206	-	-
COFINS	344.314	258.386	-	-
PIS-PASEP	73.133	48.787	-	-
ISSQN	571	511	-	-
	<u>1.203.283</u>	<u>1.023.890</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	42.855	47.580	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	10.141	5.697	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	97.387	95.049	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	77.225	147.174	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	6.933	7.479	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.174	7.025	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.480	14.832	-	-
Encargos de Capacidade Emergencial	-	113	-	10
	<u>245.195</u>	<u>324.949</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
	<u>1.448.478</u>	<u>1.348.839</u>	<u>-</u>	<u>10</u>

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a RTE, Parcela A e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

27) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007 Reclassificado	31/03/2008	31/03/2007
Pessoal, Administradores e Conselheiros	284.363	239.421	3.880	4.109
Obrigações Pós-Emprego	61.668	30.563	2.796	1.286
Materiais	48.271	22.805	34	68
Serviços de Terceiros	144.752	120.732	1.352	1.383
Energia Elétrica Comprada para Revenda	725.366	600.288	-	-
Depreciação e Amortização	201.481	178.726	74	175
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	33.786	38.102	-	-
Provisões Operacionais	96.353	105.294	40.822	32.530
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	172.324	147.055	-	-
Gás Comprado para Revenda	53.420	30.024	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas	46.806	78.756	(228)	7.038
	<u>1.868.590</u>	<u>1.591.766</u>	<u>48.730</u>	<u>46.589</u>

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Remunerações e Encargos	250.297	229.363	2.318	3.027
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	17.198	17.698	685	507
Benefícios Assistenciais	29.950	27.122	724	575
	<u>297.445</u>	<u>274.183</u>	<u>3.727</u>	<u>4.109</u>
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	6.112	-	153	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(19.194)	(34.762)	-	-
	<u>284.363</u>	<u>239.421</u>	<u>3.880</u>	<u>4.109</u>

PROGRAMA PRÊMIO DESLIGAMENTO - PPD

Em 11 de março de 2008, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea, a partir daquela data. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Para os empregados com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, somente são assegurados os incentivos financeiros do Programa se a adesão ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a data de atendimento aos critérios de idade e tempo de contribuição mencionados.

Em 31 de março de 2008 o PPD já contava com a adesão de 96 empregados (23 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 72 da Cemig Distribuição S.A. e 1 da Cemig Holding), sendo constituída uma provisão referente aos incentivos financeiros no valor de R\$6.112.

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	31/03/2008	31/03/2007
Energia de Itaipu Binacional	230.439	253.481
Energia de curto prazo	87.085	15.670
PROINFA	17.846	17.501
Contratos Bilaterais	96.020	2.843
Energia de Leilão	251.386	259.879
Outros	42.590	50.914
	725.366	600.288

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Prêmio de Aposentadoria	161	189	7	43
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	42.923	37.180	(1.298)	-
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	(627)	31.935	(2.865)	32.486
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	642	29.272	(1.568)	(728)
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	30.316	1.030	26.851	134
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	10.463	9.342	9.413	8.711
Outras	12.475	(3.654)	10.282	(8.116)
	96.353	105.294	40.822	32.530

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Arrendamentos e Aluguéis	7.797	10.683	89	112
Propaganda e Publicidade	8.968	5.515	48	-
Consumo Próprio de Energia Elétrica	4.645	5.054	-	-
Subvenções e Doações	3.638	3.521	150	200
Taxa de Fiscalização da ANEEL	10.433	8.720	-	-
Concessão Onerosa	4.326	3.068	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	6.170	3.893	22	22
Seguros	1.940	1.657	32	12
Contribuição ao MAE	974	840	1	1
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	(2.085)	35.805	(570)	6.691
	46.806	78.756	(228)	7.038

28) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	53.863	42.226	555	729
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	50.708	24.427	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	39.278	38.274	-	-
Variação Monetária da CVA	7.467	22.571	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	45.206	62.353	4.357	6.802
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	25.897	36.433	-	-
Variações Cambiais	2.676	31.599	32	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(3.708)	(6.385)	-	(629)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	6.792	1.269	-	-
Rendas FIDC	-	-	11.435	6.199
Outras	19.802	51.384	5.347	12.227
	<u>247.981</u>	<u>304.151</u>	<u>21.726</u>	<u>25.328</u>
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(194.718)	(222.954)	(2.392)	(2.787)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(11.852)	(11.827)	-	-
Variação Monetária da CVA	(4.806)	(16.214)	-	-
Variações Cambiais	(10.496)	(2.124)	(3)	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(24.019)	(7.065)	-	(237)
C.P.M.F.	(5.774)	(16.814)	(1.612)	(1.608)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(15.987)	(16.981)	(4.357)	(6.802)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(11.793)	(36.230)	-	-
Outras	(47.648)	(40.848)	(17.958)	(9.829)
	<u>(327.093)</u>	<u>(371.057)</u>	<u>(26.322)</u>	<u>(21.263)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(79.112)</u>	<u>(66.906)</u>	<u>(4.596)</u>	<u>4.065</u>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no 1º trimestre de 2008 no montante de R\$2.038, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado e não houve variação monetária ou cambial capitalizada no mesmo período (R\$2.606 de encargos financeiros e não houve variações monetárias/cambiais no 1º trimestre de 2007).

29) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	646.667	674.408	-	-	-	-	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	6.473	-	6.079	13.491	960	-	(23.348)	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	1.388	127	2.538	2.463	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	535.398	564.780	-	-	-	-	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	6.079	22.277	6.473	-	23.348	-	(960)	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	351	351	(613)	2.694	-	-	-	-
Light S.A.								
Fornecimento de Energia Elétrica (1)	374	366	-	-	20.351	-	-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	-	163	-	16.737	(1.270)	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.021	2.021	-	-	17.878	13.266	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante	273.510	167.308	300.733	268.302	659.384	(716.206)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (2)	1.739.214	1.763.277	-	-	27.843	38.374	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	69.947	57.901	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (3)	34.342	36.795	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	125.677	-	-	-	-
Debêntures (4)	-	-	150.154	146.705	-	-	(1.411)	(3.449)
Fundo de Direitos Creditórios (5)	-	-	955.977	990.386	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (6)	-	-	19.935	18.392	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (7)	-	-	79.801	88.665	-	-	(51.969)	(30.563)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (7)	-	-	1.135.648	1.131.967	-	-	-	-
Outros	-	-	30.362	247.044	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(17.198)	(17.698)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(4.138)	(1.519)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	7.407	4.785	-	75.045	-	-	-	-
	140.408	141.391	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão e Light Energia, decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento;
- (2) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (3) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (5) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (6) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a. a.);
- (7) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, CEMIG GT e CEMIG D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 20.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 9, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 26 e 28.

30) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus às vigentes no mercado.

Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de março de 2008, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$68.932 (R\$120.569) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$38.901 – R\$68.042).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas nos primeiros trimestres de 2008 e 2007 nos montantes de R\$5.001 e R\$34.961, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, as perdas não realizadas, registradas, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de março de 2008:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de março de 2008	
				Perda não realizada	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(34.969)	(42.017)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2008 até 06/2013	US\$68.932	(135.023)	(141.750)
R\$ 106% do CDI	R\$ ou US\$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 04/2010	R\$75.000	28	28
				(169.964)	(183.739)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de março de 2008, é negativo em R\$2.846 (R\$2.532 em 31 de dezembro de 2007).

31) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

Em 07 de abril de 2008, a ANEEL divulgou o resultado da 2ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O impacto percebido pelos consumidores será uma redução média de 12,24% nas contas de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2008, devendo ser considerando que o reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram uma redução de 17,11% em suas contas de energia comparada a uma redução de 8,02% para os consumidores de alta tensão.

O resultado da Revisão se insere no contexto da regulamentação em vigor, que prevê o repasse de ganhos de produtividade à tarifa cobrada aos consumidores, resultantes de redução de custos obtida nos últimos anos do ciclo tarifário.

No que se refere às tarifas de uso do Sistema de Distribuição – TUSD, cobradas dos consumidores livres em função da utilização da rede da Cemig Distribuição, ocorreu um aumento de 2,01% na tarifa, resultado principalmente do aumento de 3,25% nos consumidores conectados em 138kV.

Deve ainda ser ressaltado que a partir do 2º ciclo de revisão tarifária da Companhia, ou seja, 8 de abril de 2008, as Obrigações Especiais passarão a ser amortizadas, com o registro a crédito no resultado do exercício, utilizando-se a taxa média de depreciação dos ativos que lhe deram origem. De acordo com a estimativa da Companhia, o valor credor a ser registrado no resultado de 2008 referente a essa depreciação corresponde a aproximadamente R\$88.019.

32) – EVENTO SUBSEQÜENTE

Aumento do Capital Social

Foi aprovado na Assembléia Geral de Acionistas, ocorrida em 25 de abril de 2008, o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$2.432.307 para R\$2.481.508 mediante a capitalização de R\$49.201 do saldo da Reserva de Capital – Doações e Subvenções para Investimentos, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 2,02% em ações novas, da mesma espécie das antigas e com valor nominal de R\$ 5,00.

Esse aumento no Capital Social atende a cláusula quinta do Termo de Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, que determina que seja realizado aumento do capital em valor correspondente ao montante de principal amortizado do Contrato da CRC pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Compra de ações através da TBE

Em 16 de abril de 2008, a CEMIG através da sua controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – “EATE” adquiriu 80% do capital social da LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica por R\$28.069 e 80% do capital da STC Sistema de Transmissão Catarinense S.A por R\$49.086. A conclusão da operação e a efetiva aquisição dessas ações dependem da aprovação da ANEEL, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

33) – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de acordo com os critérios de divulgação estabelecidos pelo pronunciamento contábil norte-americano FAS 95 - *Statement of Cash Flows*, considerando que a Companhia é registrada na SEC – *Security and Exchange Commission* e também elabora demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“ U.S. GAAP”)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	490.280	406.632	490.280	406.632
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	201.481	178.726	74	175
Baixas Líquidas de Imobilizado	4.925	3.408	8	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(539.864)	(423.532)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	17.034	(61.116)	(15.602)	(12.764)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	15.987	16.981	4.357	6.802
Ativos Regulatórios – PIS/PASEP/COFINS	-	(6.418)	-	-
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	118.844	105.294	64.802	32.530
Obrigações Pós-Emprego	61.668	30.563	2.796	1.286
Impostos Federais Diferidos	(55.033)	(77.228)	(14.479)	(11.699)
Outros	21.318	12.419	-	8.044
	<u>876.504</u>	<u>609.261</u>	<u>(7.628)</u>	<u>7.474</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(93.981)	3.754	-	-
Revendedores – Transações no CCEE	13.521	36.402	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	95.251	54.490	-	-
Tributos Compensáveis	(104.858)	(228.901)	5.603	(26.586)
Reajuste Tarifário Diferido	100.416	130.102	-	-
Outros Ativos Circulantes	(26.843)	42.432	186	1.353
Despesas Antecipadas – CVA	(101.941)	(201.058)	-	-
Créditos Tributários	(25.245)	(4.744)	(15.570)	(14.012)
Transporte de Energia	(49.331)	(47.398)	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	70.805	58.153
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	63.151	59.330	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(7.255)	(33.069)	1.270	(2.562)
	<u>(137.115)</u>	<u>(188.660)</u>	<u>62.294</u>	<u>16.346</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(187.969)	(148.373)	(2.668)	(652)
Tributos e Contribuição Social	191.108	207.638	4.470	12.084
Salários e Contribuições Sociais	(25.130)	(903)	1.283	(2.127)
Encargos Regulatórios	15.386	(48.044)	-	-
Empréstimos e Financiamentos	128.501	97.502	2.391	2.788
Obrigações Pós-Emprego	(62.162)	(62.125)	(2.834)	(2.838)
Despesa Antecipada - CVA	(7.447)	272.611	-	-
Perdas Instrumentos Financeiros	3.516	32.510	-	-
Outros	(158.480)	(43.244)	(87.764)	(2.331)
	<u>(102.677)</u>	<u>307.572</u>	<u>(85.122)</u>	<u>6.924</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	636.712	728.173	(30.456)	30.744
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	21.213	315.124	-	-
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	899	3.633
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(114.957)	(511.570)	-	(30.246)
Empréstimos de curto prazo	-	200.000	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	543	-	525
	<u>(93.744)</u>	<u>4.097</u>	<u>899</u>	<u>(26.088)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	542.968	732.270	(29.557)	4.656
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(12.385)	(37.618)	70.684	(2.868)
No Imobilizado	(106.941)	(252.435)	(158)	(3)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	(27.449)	71.332	-	-
No Diferido	(3.637)	(5.530)	-	-
	<u>(150.412)</u>	<u>(224.251)</u>	<u>70.526</u>	<u>(2.871)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	392.556	508.019	40.969	1.785
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	2.066.219	1.375.501	21.953	23.389
No fim do Período	2.458.775	1.883.520	62.922	25.174
	<u>392.556</u>	<u>508.019</u>	<u>40.969</u>	<u>1.785</u>

34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA (não revisada pelos auditores independentes)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP,ENTE, ERTE,EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	10.378.681	7.958.279	10.311.887	2.166.770	266.383	395.429	282.935	143.924	122.476	512.673	(7.805.992)	24.733.445
Disponibilidade	62.922	976.326	928.196	99.051	29.123	113.517	34.701	52.088	42.191	120.660	-	2.458.775
Contas a Receber	2.106.115	375.926	1.836.738	407.215	8.627	160.911	7.502	5.629	2.720	29.385	(500.131)	4.440.637
Ativo Regulatório	-	25.427	2.319.667	96.855	-	-	-	-	-	-	-	2.441.949
Outros Ativos	679.174	674.743	1.241.105	543.186	3.792	26.974	47.849	14.503	3.723	31.432	(47.912)	3.218.569
Investimentos/Imobilizado/Diferido	7.530.470	5.905.857	3.986.181	1.020.463	224.841	94.027	192.883	71.704	73.842	331.196	(7.257.949)	12.173.515
PASSIVO	10.378.681	7.958.279	10.311.887	2.166.770	266.383	395.429	282.935	143.924	122.476	512.673	(7.805.992)	24.733.445
Fornecedores e suprimentos	9.113	99.725	841.862	116.819	649	34.197	2.999	5.021	4.200	13.036	(26.193)	1.101.428
Empréstimo, Financiamento e Debentures	81.713	3.173.418	2.810.987	485.884	141.526	-	6.110	-	-	76.373	955.977	7.731.988
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	881.457	535.398	646.667	-	14.635	11.434	7.866	20.970	17.411	68.497	(1.322.878)	881.457
Obrigações Pós-Emprego	55.500	275.256	884.693	254.951	-	-	-	-	-	-	-	1.470.400
Outros Passivos	470.441	680.491	2.416.477	612.794	7.472	147.825	6.351	17.359	7.271	40.116	(154.949)	4.251.648
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	85.097	-	-	-	-	-	-	-	85.097
Participações minoritárias	-	-	-	330.970	-	-	-	-	-	-	-	330.970
Patrimônio Líquido	8.880.457	3.193.991	2.711.201	280.255	102.101	201.973	259.609	100.574	93.594	314.651	(7.257.949)	8.880.457
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	97	682.773	1.647.782	330.097	17.700	71.719	19.246	10.691	6.612	38.408	(70.466)	2.754.659
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(3.880)	(64.219)	(194.660)	(15.492)	(540)	(3.010)	(1.527)	(200)	(236)	(599)	-	(284.363)
Obrigações Pós-Emprego	(2.796)	(12.004)	(37.169)	(9.699)	-	-	-	-	-	-	-	(61.668)
Materiais	(34)	(2.863)	(22.024)	(978)	(24)	(292)	(96)	(50)	(58)	(67)	-	(26.496)
Materia Prima	-	(21.785)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.785)
Serviços de Terceiros	(1.352)	(16.945)	(99.953)	(15.585)	(1.051)	(888)	(3.732)	(573)	(499)	(4.174)	-	(144.752)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(31.201)	(1.048)	-	-	-	-	(485)	(247)	(805)	-	(33.786)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(577.738)	(174.670)	-	-	-	-	(999)	(5.145)	33.186	(725.366)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(64.437)	(119.994)	(21.626)	-	-	-	-	(824)	(2.723)	37.280	(172.324)
Depreciação e Amortização	(74)	(56.345)	(110.515)	(20.594)	(1.874)	(1.013)	(6.644)	(627)	(543)	(3.252)	-	(201.481)
Provisões Operacionais	(40.822)	932	(36.652)	(19.035)	-	-	-	-	-	(776)	-	(96.353)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(53.420)	-	-	-	-	-	(53.420)
Outras Despesas Líquidas	228	(8.773)	(29.261)	(5.544)	(229)	(1.074)	(1.399)	(113)	(94)	(547)	-	(46.806)
	(48.730)	(277.640)	(1.229.014)	(283.223)	(3.718)	(59.697)	(13.398)	(2.048)	(3.500)	(18.088)	70.466	(1.868.590)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(48.633)	405.133	418.768	46.874	13.982	12.022	5.848	8.643	3.112	20.320	-	886.069
Resultado Financeiro	(4.596)	(79.686)	10.541	(11.278)	(3.355)	4.360	1.083	1.307	956	1.556	-	(79.112)
Lucro (prejuízo) Operacional	(53.229)	325.447	429.309	35.596	10.627	16.382	6.931	9.950	4.068	21.876	-	806.957
Resultado Não Operacional	(1.514)	(7.847)	(1.464)	4.469	-	-	254	-	-	-	-	(6.102)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(54.743)	317.600	427.845	40.065	10.627	16.382	7.185	9.950	4.068	21.876	-	800.855
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.930	(106.953)	(141.031)	(12.945)	(3.467)	(5.211)	(2.566)	(3.364)	(701)	(5.789)	-	(276.097)
Participações Minoritária	-	-	-	(12.420)	-	-	-	-	-	-	-	(12.420)
Participações dos Empregados	(771)	(4.919)	(16.155)	-	-	-	-	(37)	(34)	(142)	-	(22.058)
Lucro Líquido do Exercício	(49.584)	205.728	270.659	14.700	7.160	11.171	4.619	6.549	3.333	15.945	-	490.280

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro do Período

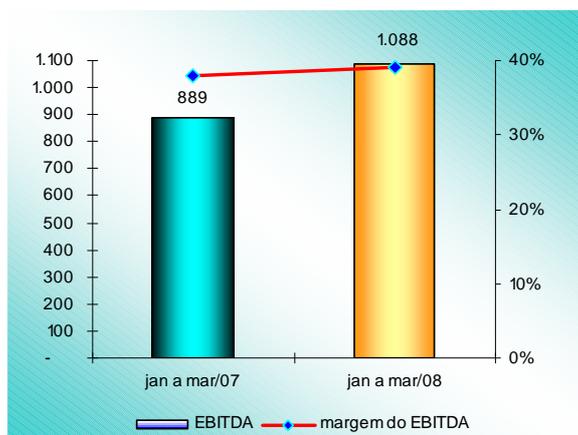
A CEMIG apresentou, no primeiro trimestre de 2008, um lucro líquido consolidado de R\$490.280, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$406.632 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 20,57%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 19,67% na receita operacional líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 17,39% nos custos e despesas operacionais.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no primeiro trimestre de 2008 foi de R\$1.087.550 comparados a R\$888.746 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 22,37%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 17,73%.

Em função da revisão tarifária da Cemig Distribuição, a ANEEL incluiu na tarifa a ser aplicada a partir de 8 de abril de 2008 determinados itens financeiros referentes a exercícios anteriores que implicaram no reconhecimento de ativos e passivos regulatórios que serão recebidos e/ou descontados na tarifa a ser recebida dos consumidores no período de 8 de abril de 2008 a 7 de abril de 2009. O impacto no Lajida desse reconhecimento não recorrente dos itens financeiros foi de R\$58.134, conforme tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2008	31/03/2007 Reclassificado	Var %
Lucro Líquido	490.280	406.632	20,57
+ Provisão IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	276.097	204.486	35,02
+ Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	22.058	21.046	4,81
+ Resultado não Operacional	6.102	6.196	(1,52)
+ Resultado Financeiro	79.112	66.906	18,24
+ Amortização e Depreciação	201.481	178.726	12,73
+ Participação de Minoritários	12.420	4.754	161,25
LAJIDA	1.087.550	888.746	22,37
Itens não recorrentes:			
- Revisão Tarifária – Receita Líquida	(62.464)	-	-
+ Revisão Tarifária – Despesa Operacional	4.330	-	-
- Ajuste na RGR – Homologação da ANEEL	-	14.899	-
- CVA Energia	-	(29.245)	-
= LAJIDA AJUSTADO	1.029.416	874.400	17,73



O crescimento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2008 em comparação ao primeiro trimestre de 2007 deve-se, principalmente ao aumento de 18,74% na receita operacional líquida, parcialmente compensada pelo aumento de 16,51% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O melhor desempenho operacional verificado em 2007 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 38,04% no primeiro trimestre de 2007 para 39,21% em 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.575.243 no primeiro trimestre de 2008 em comparação a R\$3.034.879 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 17,81%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 5,16%, a partir de 8 de abril de 2007 (efeito integral em 2008);
- Aumento de 5,73% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).
- aumento da tarifa média de venda de energia pela Cemig Geração e Transmissão em decorrência da escassez de energia ofertada no 1º trimestre de 2008;
- Reconhecimento de receita não recorrente referente a itens financeiros de anos anteriores que foram incluídos na tarifa, o que implicou na constituição de ativos regulatórios no valor bruto de R\$67.194.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	31/03/08	31/03/07	Var %
Residencial	2.236.580	2.208.695	1,26
Industrial	6.101.503	5.690.629	7,22
Comércio, Serviços e Outros	1.477.530	1.394.191	5,98
Rural	456.423	388.443	17,50
Poder Público	236.587	227.787	3,86
Iluminação Pública	301.901	309.756	(2,54)
Serviço Público	330.386	317.638	4,01
Total	11.140.910	10.537.139	5,73

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de R\$294.355 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$218.251 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 34,87%. Este resultado decorre basicamente do aumento do preço da energia uma vez que a quantidade negociada apresentou uma redução de 26,37% (2.722.220 MWh no primeiro trimestre de 2008 comparados a 3.697.304MWh no primeiro trimestre de 2007). Em decorrência da reduzida disponibilidade de energia no primeiro trimestre de 2008, conseqüência do menor volume de chuvas, o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD no mercado atacadista teve uma expressiva alta, chegando a R\$569,59/MWh em janeiro de 2008. A tarifa média de suprimento foi de R\$59,03/MWh no primeiro trimestre de 2007 passando a R\$109,02/MWh no primeiro trimestre de 2008, um aumento de 84,69%.

Receita de uso da rede – consumidores livres

A Receita de uso da rede apresentou um aumento de 1,18% correspondente a R\$5.601 (R\$481.592 em 2008 comparados a R\$475.991 em 2007). A receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição e Light foi de R\$309.353 em 2008 comparados a R\$315.829 em 2007, uma redução de 2,05%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico.

Compõe ainda este saldo a receita de uso da rede básica no montante de R\$155.616 em março de 2008 e R\$136.367 em março de 2007, com aumento de 14,12% e a receita de sistema de conexão no montante de R\$16.623 em março de 2008 e R\$23.795 em março de 2007, com redução de 30,14%. Vide nota explicativa nº 24 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em conformidade ao plano de contas da ANEEL, alguns itens são alocados como Deduções à Receita Operacional. Mais informações nas notas explicativas nº 2 e nº 8 das Informações Trimestrais.

A partir de março de 2008 a Companhia passou a receber na tarifa os valores registrados como ativo da Parcela A. Dessa forma, é transferida para a despesa operacional a parcela dos custos não controláveis que foram efetivamente recebidos na tarifa.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$1.448.478 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$1.348.839 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 7,39%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$77.225 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$147.174 no primeiro trimestre de 2007, representando uma redução de 47,53%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$97.387 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$95.049 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 2,46%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$42.855 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$47.580 no primeiro trimestre de 2007, uma redução de 9,93%. Essa variação decorre principalmente da contabilização, em março de 2007, de uma complementação à despesa referente ao período de 2005, no montante de R\$14.899, conforme homologação da ANEEL.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no primeiro trimestre de 2008 foram de R\$1.868.590 comparados a R\$1.591.766 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 17,39%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos com compra de energia elétrica que contribuiu com um aumento na despesa de R\$125.078. Vide mais informações na nota explicativa nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no primeiro trimestre de 2008 foi de R\$725.366 comparados a R\$600.288 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 20,84%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 27 às Informações Trimestrais Consolidadas.

Pessoal

A despesa com pessoal no primeiro trimestre de 2008 foi de R\$284.363 comparados a R\$239.421 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 18,77%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 5,00% concedido aos empregados da Holding, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão em novembro de 2007;
- provisão referente ao Programa Prêmio de Desligamento – PPD, no montante de R\$6.112, no primeiro trimestre de 2008; e,
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$19.194 em 2008 e R\$34.762 em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.

Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou um aumento de 12,73% na comparação entre os períodos, R\$201.481 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$178.726 no primeiro trimestre de 2007. Este resultado decorre substancialmente da entrada em operação de novas redes e linhas de distribuição, consequência dos investimentos do Programa Luz Para Todos.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$61.668 no primeiro trimestre de 2008, comparados a R\$30.563 no primeiro trimestre de 2007, representando um aumento de 101,77%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Companhia, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento dessa despesa em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro/07, com a redução das taxas de juros, o que elevou o valor das obrigações atuariais.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$96.353 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$105.294 no primeiro trimestre de 2007, uma redução de 8,49%. Esta variação decorre principalmente da provisão para processos administrativos da ANEEL no valor de R\$30.000, constituída em março de 2007. Vide mais informações na notas explicativas nº 21 e nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no primeiro trimestre de 2008 foi de R\$172.324 comparados a R\$147.055 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 17,18%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$53.420 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$30.024 no primeiro trimestre de 2007, um aumento de 77,92%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada nos períodos comparados, consequência da maior operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no exercício de 2008.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$144.752 no primeiro trimestre de 2008, comparados a R\$120.732 no primeiro trimestre de 2007, representando um aumento de 19,90%. A variação da despesa decorre principalmente do aumento nos gastos com manutenção e conservação de instalações elétricas, mão de obra contratada e comunicação.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no primeiro trimestre de 2008 foi uma despesa financeira líquida de R\$79.112 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$66.906 no primeiro trimestre de 2007. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de 27,56% na renda com aplicação financeira em 2008, decorrente de maior volume de recursos aplicados. No primeiro trimestre de 2008 essa receita foi de R\$53.863, comparada a R\$42.226 em 2007.
- Aumento de R\$26.281 na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$50.708 no primeiro trimestre de 2008 em comparação a R\$24.427 no primeiro trimestre de 2007. Esta variação decorre, principalmente, da receita na Cemig Distribuição, registrada no primeiro trimestre de 2008, no montante de R\$10.516, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.
- Redução de 27,50% na receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico. A receita foi de R\$45.206 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$62.353 no primeiro trimestre de 2007. Esta variação decorre basicamente do menor valor de ativos regulatórios em 2008, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos (RTE e Reajuste Tarifário Diferido).
- Redução de 28,92% na receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido, R\$25.897 no primeiro trimestre de 2008 comparados a R\$36.433 no primeiro trimestre de 2007. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo, na comparação entre os dois períodos, em consequência do recebimento dos valores nas contas de energia. Mais explicações vide nota explicativa nº 11 das Informações Trimestrais Consolidadas.
- Redução de 12,66% nos encargos de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$28.236. Esta redução decorre, principalmente, da menor variação do CDI (indexador dos contratos) no primeiro trimestre de 2008 comparado ao mesmo período de 2007.
- Perda líquida com variação cambial no primeiro trimestre de 2008, no montante de R\$7.820 em comparação a um ganho líquido de R\$29.475 no primeiro trimestre de 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A perda cambial em 2008 decorre principalmente da variação da moeda japonesa Yen (indexador de alguns contratos da Cemig Geração e Transmissão) que apresentou uma valorização de 10,78% no primeiro trimestre de 2008 comparada a uma desvalorização de 3,10% no primeiro trimestre de 2007. Em contraparte, o dólar norte-americano apresentou desvalorização nos dois períodos comparados, sendo 1,25% em no primeiro trimestre de 2008 e 4,10% no primeiro trimestre de 2007, o que contribuiu para a redução da perda cambial.
- Perda líquida com instrumentos financeiros no primeiro trimestre de 2008, no montante de R\$5.001 em comparação a perda líquida de R\$34.961 no mesmo período de 2007. Este resultado decorre principalmente da variação do dólar mencionada no item anterior, tendo em vista que para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro trimestre de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$276.097 em relação ao lucro de R\$800.855 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,48%. No primeiro trimestre de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$204.486 em relação ao lucro de R\$636.918, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,11%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

A Cemig buscou, em 2007, ampliar suas ações junto ao mercado de capitais com o objetivo de estabelecer um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as práticas de governança corporativa, tornando-se mais próxima dos acionistas, analistas e investidores. Para isso, utilizamos os seguintes meios:

- Página na internet escrita em português, inglês e espanhol;
- Reuniões com investidores no Brasil e no Exterior, *road shows* (visitas de apresentação aos investidores) ou reuniões individualizadas;
- Participações em eventos, congressos e seminários voltados para investidores;
- Divulgação ampla de comunicados na internet;
- Publicação trimestral da “Carta ao Acionista”, na qual apresentamos os resultados e destacamos os fatos de maior relevância;
- Teleconferências e videoconferências;
- Arquivamento de comunicados, avisos aos acionistas e fatos relevantes nos órgãos reguladores dos mercados de capitais no Brasil (CVM) e no exterior (SEC).

As divulgações dos resultados trimestrais e anual foram realizadas por apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, contando com a presença do Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia.

Ao longo do ano de 2007, a Cemig esteve presente, no Brasil e no exterior em 84 seminários, conferências e encontros com investidores; 10 congressos; 11 *Road Shows*; além de teleconferências e videoconferências com analistas de mercado de capitais e investidores. Ressaltamos que tais eventos nacionais e internacionais ultrapassaram a marca de 490 reuniões individuais. O reconhecimento desse trabalho pode ser verificado pelo acompanhamento da performance da Cemig por 19 instituições financeiras nacionais e internacionais.

Destacamos ainda a realização do 12º Encontro Anual da Cemig juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais - APIMEC, na cidade de Tiradentes, que inclui uma visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itutinga, localizada na confluência dos municípios de Itutinga e Nazareno no estado de Minas Gerais.

Em 12 de junho de 2007, no lançamento das ADRs lastreadas em ações ON, foi realizado o Cemig Day, evento promovido pela bolsa novaiorquina. Durante todo o dia, a Cemig foi a principal personagem, o que significou ter sua bandeira hasteada na entrada do edifício da Bolsa, almoço com investidores e analistas, recepção formal da Diretoria da Empresa e do Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais e presidente do Conselho de Administração, Márcio Araujo de Lacerda, coletiva para a imprensa e o toque do *closing bell*, tradicional cerimônia de fechamento das atividades diárias da NYSE. Nesse dia, o toque do sino foi feito pelos representantes da Cemig.

Por fim, realizamos também ações focadas na educação financeira dos investidores individuais, pela participação nas Expo Money de São Paulo e de Belo Horizonte, bem como no The World Money Show em Orlando nos Estados Unidos.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Em relação ao acordo de acionistas, assinado em 1997 entre o Governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, este se encontra suspenso judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na Justiça Federal.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 25 vezes durante o ano de 2007 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 22 de junho de 2007, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações. Dos atuais 14 integrantes efetivos, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 2009.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por sete membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembléia Geral Ordinária de 2009.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 5 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. No ano de 2007, foram realizadas 60 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem “Diretoria e Conselhos”.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2007, foram realizadas 12 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: www.cemig.com.br.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, conforme parecer do auditor independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2007, bem como validado, com o novo auditor independente, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional ([www.cemig.infoinvest.com.br/Governança Corporativa/Princípios Éticos](http://www.cemig.infoinvest.com.br/Governança_Corporativa/Princípios_Éticos)), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://cemig.foinvest.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31.03.2008

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	(mil)	%	(mil)	%	(mil)	%
Estado de Minas Gerais	108.349	50,96	-	-	108.349	22,27
Outras Entidades do Estado	28	0,01	5.330	1,94	5.358	1,10
Total Controlador	108.377	50,97	5.330	1,94	113.707	23,37
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	70.089	32,96	-	-	70.089	14,41
Capital Research and Management Company	-	-	13.990	5,11	13.990	2,91

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 31.03.2008

<u>Item</u>	<u>Nome</u>	<u>Quantidade de Quotas (unidades)</u>	<u>%</u>
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	31.03.2008		31.03.2007 (*)	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR				
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Márcio Araújo de Lacerda	1	-	-	-
Djalma Bastos de Moraes	40	-	-	13.400
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Antônio Adriano Silva	1	-	-	1
Nilo Barroso Neto	-	-	-	1
Wilson Nélio Brumer	1	-	-	1
Haroldo Guimarães Brasil	3	-	1.000	-
Carlos Augusto Leite Brandão	6	1.200	1.950	-
Andréa Paula Fernandes Pansa	6	-	1.950	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	5.999	-	1.924.241	-
Wilton de Medeiros Daher	1	-	2	-
Aécio Ferreira da Cunha	1	-	-	1
José Augusto Pimentel Pessoa	6	-	1.950	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	-	1
Alexandre Heringer Lisboa	1	-	-	1
Fernando Lage de Melo	-	-	-	1
Francisco de Assis Soares	1	-	-	-
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	-	290
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	-	1
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	-	1
Antônio Renato do Nascimento	1	-	1	-
Eduardo Leite Hoffmann	-	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	-	1
Andréa Leandro Silva	6	-	1.950	-
Eduardo Castilho de Vasconcellos Costa	-	-	1	-
Eduardo Lery Vieira	1	-	-	1
Luiz Aníbal de Lima Fernandes	-	-	8	-
Nohad Toufc Harati	1	-	-	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	303	-	101.217
Franklin Moreira Gonçalves	-	-	-	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	31.03.2008		31.03.2007 (*)	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA				
Djalma Bastos de Moraes	40	-	-	13.400
Celso Ferreira	-	-	-	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Flávio Decat de Moura	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	3	-	-	-
Heleni de Mello Fonseca	-	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	-	1
Elmar de Oliveira Santana	-	-	-	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	303	-	101.217
José Maria de Macedo	-	338	-	112.962
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	-	-
CONSELHO FISCAL				
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Celene Carvalho de Jesus	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Ronald Gastão Andrade Reis	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Augusto Cezar Calazans Lopes	-	-	-	-
Carlos Volpe de Paiva	-	-	-	1.692
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
31.03.2008	104.238.883	49,03	268.301.163	97,98	372.540.046	76,58
31.03.2007	34.746.377.467	49,03	89.433.805.932	97,98	124.180.183.399	76,58

(*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes dos eventos societários ocorridos no exercício de 2007.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR, individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações dos resultados e de fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº. 469/08.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº. 469/08, facultou a não aplicação de todas as disposições da Lei nº. 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais - ITR. Assim, as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.
5. Conforme mencionado na nota explicativa 31 às Informações Trimestrais - ITR, em decorrência da segunda revisão tarifária periódica da Controlada Cemig Distribuição S.A., prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Cemig Distribuição S.A. em -12.24% a ser aplicado para o período a partir de 08 de abril de 2008. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Controladora e da Controlada em períodos subsequentes.

6. Conforme descrito nas notas explicativas n.ºs. 7 e 16, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de março de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

7. As Informações Trimestrais – ITR da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e as Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que, sobre elas, emitiram relatório de revisão, sem ressalva, datado de 8 de maio de 2007, contendo parágrafos de ênfases quanto ao assunto comentado no parágrafo 6 acima, e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia da Cemig Geração e Transmissão S.A.. Em 14 de junho de 2007, o Ministério de Minas e Energia – MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o primeiro semestre de 2008.

07 de maio de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0